

Uma estratégia comunitária ancorada na história oficial: memória e conflito social na Aldeia Imbuhy

JAMYLLE DE ALMEIDA FERREIRA*

Resumo

Este trabalho é fruto de um projeto de doutorado que está em desenvolvimento e tem como objeto a Aldeia Imbuhy, comunidade pesqueira que iniciou uma disputa fundiária com o Exército desde a década de 1990 para manter suas moradias no interior do Forte de mesmo nome e no ano de 2015 foi removida da área por decisão judicial, sendo esse período nossa delimitação temporal. Seu título provisório é “*O fortalecimento da figura de Dona Yayá como elemento de resistência na luta pelo território: conflito fundiário entre o Exército e a comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ*”. Pesquisa prévia mostra que a insegurança vivida pelos moradores subsidiou o fortalecimento da identidade local na figura de Flora Simas de Carvalho, conhecida por Dona Yayá, associada à história oficial, como estratégia de resistência. Passou-se então a reivindicar o reconhecimento como comunidade tradicional, diante da ameaça de despejo. Entendendo que esse caso é parte de um todo que precisa ser compreendido e que esse processo que se manifesta no presente possui raízes muito mais profundas, nasce a necessidade de iniciar nossa abordagem tateando, ainda que timidamente, outros casos de conflitos travados no Brasil entre comunidades e as três Forças Armadas para configurar esse contexto de disputa. É possível delinear uma alternativa para compreender o que são esses conflitos. Chama a atenção o fato de que em cada Força conflitos semelhantes sejam conduzidos de tal forma que produzam desfechos tão diferentes. Os conflitos do presente estão ancorados nas formas de dominação que foram exercidas sobre um povo de grande diversidade, com muitos segmentos socialmente discriminados, invisibilizados e vulneráveis no contexto da formação socioespacial do Brasil, com diferenças que vão muito além das étnicas, com seus modos de viver e costumes que são indissociáveis da cultura local. Apesar desse tipo de abordagem, que problematiza o conflito, estamos longe de tê-lo como objeto, o que importa nesta análise é o resultado da disputa, a identidade que emana dela. Problematicá-la significa perceber que, o estudo de caso que aprofundaremos, a respeito do Imbuhy, não se trata de uma questão entre o Exército e os Moradores e/ou pescadores locais e sim uma questão entre o Estado e a sociedade que não pode

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutoranda em História Social (UERJ).

ser analisada apenas sob o enfoque jurídico, mas na sua complexidade social, conjugada à apropriação simbólica e material que constitui o território construído do ponto de vista dos direitos sociais dos moradores e/ou pescadores.

Introdução

A disputa jurídica entre o Exército e a comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy ocorreu entre a década de 1990 e 2015. A comunidade localizava-se no interior do Forte Rio Branco, na entrada do Forte Imbuhy, no bairro de Jurujuba, Niterói-RJ.

Conforme versão dos moradores a ocupação teria se dado em 1886, quando da chegada da jovem Flora Simas de Carvalho, conhecida por Dona Yayá (1871-1963) e a fortificação teria sido construída posteriormente, em 1901.

A jovem de 16 anos teria bordado a primeira Bandeira do Brasil Republicano (1989) e acabou virando referência local, mesmo existindo registros de que a área já era ocupada bem antes, desde meados do século XIX conforme afirma Motta (2017) e desde o fim do século XVIII, conforme o Projeto de Resolução Nº 81/2015 que concedeu o título de Benemerita do Estado do Rio de Janeiro "*Post Mortem*" à Dona Yayá.

A insegurança, que já era relatada por Dona Yayá em entrevista concedida a um jornal da época na década de 1950 teria subsidiado o fortalecimento da identidade local na figura da moradora, associada à história oficial como estratégia de sobrevivência da comunidade, diante da ameaça de despejo.

Além disso, a pesca seria a principal atividade exercida pela comunidade, cuja matriarca seria também, de acordo com o Projeto de Resolução Nº 81/2015, a esposa do líder dos pescadores local¹, o Sr. Francisco Jorge de Carvalho Bessa.

A história local e o modo de vida diferenciado embasaram a reivindicação de reconhecimento da comunidade como tradicional e a solicitação de tombamento da área pelas 32 famílias.

¹ O marido de dona Yayá, o Sr. Francisco Jorge de Carvalho Bessa é referenciado em duas vezes em jornais da década de 1960 como comerciante, o que pode ser justificado por ser comum o pescador comercializar seu próprio peixe.

Se uma comunidade de pescadores já possui uma dinâmica diferenciada, uma comunidade com essa característica, dentro de uma *Área de Segurança Nacional* administrada por militares tende a ser muito mais peculiar, gerando uma disputa de usos e de significados bem mais acirrada.

Trata-se de uma configuração complexa que envolveu, durante mais de cem anos de convivência entre esses dois grupos, ao mesmo tempo, a construção da vida social dos moradores e a manutenção do *poder de dissuasão* de um país que é considerado pacífico justamente por dispor de áreas e meios (aéreos, navais e terrestres)² próprios à segurança nacional.

Cabe salientar que esses termos militares, por serem oriundos da área de defesa são pouco conhecidos e discutidos tanto pela academia quanto pela sociedade brasileira. Ao mesmo tempo tem se tornado cada vez mais comum os conflitos territoriais em áreas militares. Entre os mais recentes envolvendo as Forças Armadas e com desfechos completamente diferentes destacamos:

- ✓ No município do Rio de Janeiro- RJ, as áreas da Estação Rádio da Marinha, na Ilha do Governador, e da Ilha de Marambaia, ambas de tradição pesqueira. Os territórios, depois de anos de disputa, foram cedidos à população pela Marinha;
- ✓ No município de Barcelos- AM, localizado a 401 km de Manaus, numa região marcada por muitos conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais indígenas, pescadores, operadores de turismo, etc., há ainda a disputa entre a Aeronáutica e a população de alguns bairros, compostos por 700 famílias, que seriam desocupados para a construção de um aeroporto;
- ✓ No município de Niterói-RJ a área do Forte Imbuhy a precedência da ocupação da área é disputada entre o Exército e os descendentes de Dona Yayá. Em 2015 os moradores foram removidos.

Diante dos problemas encontrados pelo Exército para manter a administração da área do Forte Imbuhy, que se constitui numa área sujeita não só à dinâmica, mas a exercícios militares e que abrigava uma comunidade civil, numa convivência em que principalmente nos últimos anos as atitudes de um grupo incomodavam ao outro e vice e versa, estimulando o

² Não pretendemos entrar no mérito da atualidade e capacidade de operação desses meios.

aumento das tensões internas a cada episódio, a precedência da ocupação da área do Imbuhy começou a ser disputada entre o Exército e os moradores.

Mais do que uma disputa de espaço social e de poder, ou seja, um conflito territorial, trata-se de uma disputa entre a história oficial dos documentos e a história oral, contada a partir de narrativas construídas. Ambos os lados estão munidos de diferentes elementos, propiciados pelas suas posições sociais, que fazem a manutenção das relações de poder estabelecidas entre si.

Nesse sentido a disputa se dá tanto no campo material quanto no simbólico, de maneira que as formas de atuação e organização desses grupos aconteçam a partir das suas práticas e dos seus discursos, levando-se em conta suas ações, suas estratégias, sua mobilização, bem como a capacidade organizativa e de resistência diante da crise do seu modo de vida.

Disputando território e sentido

Em relação às práticas, diversas foram as formas de ação de ambos os lados.

Os moradores, por exemplo, investiram na organização do movimento social S.OS. *Aldeia Imbuhy*, e na criação da *Associação de Moradores* para fazer frente ao Exército. Quanto ao seu discurso Motta (2017) acredita que não é por acaso que eles consideram 1886, data da chegada de Dona Yayá na Aldeia, como marco da fundação da mesma, tendo como objetivo consolidar uma visão de ocupação anterior à datação aceita pela Marinha, de 1893, quando, ainda de acordo com a autora, em razão da Revolta da Armada há um esforço efetivo para ocupar o lugar.

*Segundo eles (**OS MORADORES**), no ano de 1886 chegaram, vindos de Recife, Flora Simas de Carvalho e seu pai. Ali, “num lugar totalmente deserto e sem vias de acesso”, Flora fundou a Aldeia, tornando-se matriarca da família, após casar-se com Francisco Bessa de Carvalho. Ela teria sido a responsável também por incrementar a pesca na região. Além disso, segundo os dados dos mesmos moradores, em 1889, Flora, (cujo apelido é Iaiá) teria outro papel essencial na formação da aldeia. Conhecida como excelente bordadeira, ela foi convidada pelo Presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca para bordar a primeira bandeira do Brasil, hoje parte do acervo do Museu Imperial.*

A data de 1886, quando da chegada de Dona Flora, não é fortuita. Ela consolida uma visão de ocupação anterior à datação aceita pela Marinha, a de 1893, quando em razão da revolta da Armada, há um esforço efetivo de ocupar o lugar. De qualquer forma, os moradores parecem ter indícios que fortalecem à antiguidade da ocupação. (MOTTA, 2017, grifo nosso)

O incentivo para a ocupação do lugar devido à Revolta da Armada pode ter tido continuidade com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914- 1918), seguido pela Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1923), quando a Marinha de Guerra institucionalizou a

atividade pesqueira de Norte a Sul do Brasil e transformou os pescadores em sua reserva naval e seus barcos em auxiliares visando amenizar as deficiências da defesa nacional.

Como resultado da Missão a Marinha exerceu sua dominação sobre a costa e seus habitantes, tutelando-os e colaborando para reafirmar o domínio do Estado sobre o território nacional em troca de concessão de propriedade para habitação e trabalho, através de doação, um instrumento tão frágil e desprovido de valor legal que hoje, em muitas áreas, as Forças Armadas em geral reivindicam os territórios pesqueiros outrora concedidos. Não há comprovação sobre a participação da comunidade na Missão, somente da proximidade do Comandante Frederico Villar, que a chefiou com o Exército, mas ela pode ter, de alguma forma legitimado a ocupação dos pescadores no local.

Quanto às formas de atuação do Exército, a instituição contou com o aparato jurídico disponibilizado pela União, mas não deixou de construir um discurso que saiu algumas vezes em jornais de grande circulação e que é reproduzido por pessoas que estiveram ligadas ao Forte em razão do serviço militar.

Conforme consulta ao sítio Forte Imbuhy a iniciativa de construir a fortificação deu-se após a (Questão Christie), no ano de 1863, episódio diplomático entre o Brasil e a Inglaterra, onde quase entraram em guerra. Entretanto, em 1596, o Forte Imbuí já havia sido uma das bases de combate à esquadra do holandês Van Dorth e aos avanços do francês Duclerc, em 1710. Em 1863, iniciaram-se as obras de um novo projeto que, passando por várias modificações, foi finalmente inaugurado em 1901.

Em conversa preliminar com um antigo comandante do Forte, que preferiu não dar entrevistas formais e gravadas – razão pela qual conservamos aqui sua identidade – o mesmo afirmou que, na versão da história que ele conhece, na época da construção do Forte foi autorizado que os trabalhadores da construção civil montassem acampamentos temporários na área, onde os mesmos passaram a viver com suas famílias no período da obra, o problema é que a obra demorou muito tempo, devido principalmente às interrupções, e o provisório acabou virando definitivo. Isso pode fazer sentido, pois sabemos que a pesca é uma atividade temporária e que por isso se conjuga a outras atividades. É muito comum em determinadas épocas do ano o revezamento com atividades da construção civil, dos estaleiros e etc..

Outra questão que não é novidade é o fato de as cidades terem historicamente se desenvolvido em torno dos fortes e quartéis, uma vez que lá estava a infraestrutura. Para eles os moradores queriam a segurança de uma área militar, mas não aceitavam se submeter aos procedimentos de segurança impostos pelo seu uso, tais como revista, limite de velocidade, cota de visitas, etc.

Nessa disputa além dos riscos já existentes, principalmente para o lado mais vulnerável que era a comunidade, qualquer ação poderia desencadear outros problemas para ambos os lados, estando o Exército mais suscetível à desaprovação da sociedade e a comunidade à possível perda do território. Sendo assim, os dois lados investiram na busca de legitimidade dos seus discursos, seja ancorado nos documentos oficiais de defesa e no aparato legal com o apoio do Estado, seja em ações concretas relacionadas à pátria, passadas de geração em geração pela história oral e documentadas em jornais, possibilitando a ação a partir desse discurso, contando com o apoio da comunidade acadêmica e de partidos políticos.

Uma narrativa transformada em ação: Dona Yayá e a história local

De acordo com o Projeto de Resolução Nº 81/2015 desde o fim do século XVIII há registros de nascimentos na localidade, mas a história oral relaciona a origem da Aldeia ao estabelecimento da família SIMAS CARVALHO, em 1886, vinda do Recife e Márcia Motta (2017) prova, através da figura local do Inspetor de Quarteirão, citado pelo Almanaque Laemmert (1869) que pelo menos desde meados do século XIX havia moradores na área.

Ainda de acordo com o mesmo Projeto de Resolução, o Sr. Manoel Francisco de Simas³, conhecido por Sr. Simas, era um militar contestador, abolicionista, que criticava o poder da época através de charges, motivo pelo qual ele foi perseguido e teve que sair do Rio de Janeiro às pressas com destino a Recife, onde nasceu a filha mais velha de cinco irmãos, Flora Simas de Carvalho (1861-1963), mais conhecida como Dona Yayá.

Mais tarde, com a volta do Sr. Simas para o Rio de Janeiro pelos mesmos motivos, a família morou inicialmente em Santa Tereza. Sua esposa não se adaptou ao Rio, voltou para o Recife, onde morreu de tuberculose logo depois.

Dona Yayá passaria a ser a figura representativa da cultura local porque teve sua trajetória atravessada pela história oficial do Brasil, quando aos 16 anos recebeu do Marechal

³ Há relatos em periódicos que apontam que ele era um fotógrafo de prestígio e que mantinha boa relação com a família real.

Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, o pedido para bordar o primeiro pavilhão nacional. A primeira bandeira teria sido confeccionada em tecido de algodão e a segunda, em seda.

De acordo com Ferrarini (1979, p.67-69) o resultado do trabalho de Dona Yayá foi hasteado às 12 horas do dia 19 de novembro de 1889, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro. A bandeira foi estabelecida como símbolo do Brasil pelo Decreto n.º 04, de 19 de novembro do mesmo ano, porém o seu dia passou a ser oficialmente comemorado somente a partir de 19 de novembro de 1908.

O Quadro A Pátria, pintado por Pedro Bruno em 1919 encontra-se no Museu da República. Apesar das frequentes associações à Dona Yayá, de acordo com funcionários do Museu não há relatos de que o mesmo se refira à sua figura, mas representaria o nascimento da República, em substituição ao Regime Patriarcal, daí a presença de mulheres e crianças, bem como um senhor de idade ao fundo e a provável presença de Tiradentes e do Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador e primeiro presidente republicano, símbolos da República nos quadros da parede.

A artesã, que dominava uma técnica passada de geração em geração, assim como a pesca, e que esteve associada à Proclamação da República por ter bordado a primeira bandeira republicana, exposta no Museu Imperial, construiu sua família na comunidade, em convivência com os militares. Esse cenário representa não apenas que essa convivência é possível, mas que sociedade e defesa podem andar juntas.

Assim aparece a figura de Dona Yayá no tempo presente, mulher, artesã, representante de uma comunidade tradicional pesqueira e símbolo da identidade local, bem como as figuras dos grandes heróis forjados pela história oficial para construir a identidade nacional no século XIX, mas com um agravante decisivo, ela foi eleita pela comunidade.

Na Aldeia Imbuhy, comunidade formada majoritariamente por pescadores artesanais, Dona Yayá conheceu e casou com o Líder dos Pescadores local, o Sr. Francisco Jorge de Carvalho Bessa, e com ele teve sete filhos (Francisca, Hugo, Roberto, Álvaro, Alice, Celina e Odila) e aproximadamente quarenta netos. De acordo com moradores, e confirmado por seu trineto Carlos Antonio Raposo Vasconcellos, pelo menos 40% da população, removida recentemente do Forte, era descendente desta mulher a qual foi conferido o papel central no fortalecimento da identidade na comunidade pesqueira.

Construindo a Metodologia da Pesquisa

Estão de um lado a memória, a cultura e a identidade da comunidade e todo o arcabouço de conhecimento apreendido por ela cotidianamente no próprio ambiente militar, passado de geração em geração pela oralidade e de outro a defesa do país e o culto aos símbolos nacionais pelo Exército, com o patriotismo e a burocratização dos processos, os documentos e a lei, crua e fria, tendo a seu favor a história oficial e a máquina estatal.

No trabalho que está em desenvolvimento para o doutorado serão utilizadas duas metodologias diferentes para expressar os dois lados do discurso. Entrevistas e análise de conteúdo para o lado que constrói o discurso baseado na História Oral e análise documental para o lado que constrói o discurso baseado nos documentos e na História Oficial.

Muitas são as dificuldades na aplicação da metodologia de História Oral. As entrevistas com moradores da aldeia por diversos motivos ainda não puderam ser concluídas, o que acontecerá ainda esse ano. Um dos moradores que estavam cotados para isso faleceu aos 86 anos, um ano após ser removido da Aldeia. Sua família encontra-se muito abalada com o falecimento.

A esposa, também idosa está muito doente e o filho, o Sr. Ailton Navega, Presidente da Associação de Moradores, está bastante envolvido com esses problemas familiares, mas garantiu que vai ceder documentos e as entrevistas em reconhecimento ao apoio da comunidade acadêmica à questão do Imbuhy.

Com a dispersão dos moradores, devido à sua remoção, aumentam as dificuldades para concluir essa etapa.

Buscando identificar como a comunidade construiu sua argumentação em defesa da permanência na área, foi realizada uma pesquisa prévia em periódicos por década via Hemeroteca Digital, disponibilizada pela Biblioteca Nacional, usando como palavra-chave o nome da matriarca da comunidade, Flora Simas de Carvalho, conhecida como Yayá ou Iaiá (codinomes também usados na busca), desde o ano do seu nascimento (1871) até os dias atuais para averiguar sua participação na proclamação da República do Brasil. Trata-se em sua maioria de entrevistas concedidas a jornais de grande circulação pela própria protagonista da área, ou por outras figuras representativas da comunidade.

Nas duas primeiras décadas em que foram encontradas ocorrências (1910-1919 e 1920-1929) foram identificadas apenas notícias irrelevantes sobre um batizado e sobre o casamento de Alice, filha Dona Yayá.

A partir de 25 de março de 1956, ocasião em que o jornal *A Cruz* felicitou Dona Yayá pelo seu 82º aniversário, lembrou-se ter sido por suas mãos bordada a primeira bandeira brasileira republicana, tendo esse aparecido como o primeiro relato documentado sobre o fato em jornais.

Temos então um total de 20 ocorrências, estando entre elas 16 ocorrências relevantes no período compreendido entre 1910 e 2009 que aparecem a partir da década de 1950.

No último período disponibilizado para consulta na Hemeroteca Digital (2010 a 2017) não constam ocorrências, o que não quer dizer que inexistem reportagens sobre a área, sempre associada à figura de Dona Yayá, aliás nesse período é possível observar grande número de publicações, mas foram contempladas aqui apenas as reportagens encontradas na hemeroteca digital, aquelas disponibilizadas em outras fontes ainda não foram anexadas ao estudo.

A pesquisa em periódicos pelo nome de Flora Simas de Carvalho aponta três ocorrências de notícias nos Jornais *A Cruz* (1), *Última Hora* (1) e *Diário da Noite* (1) entre o período de 1950 e 1959.

A primeira ocorrência sobre seu aniversário de 82 anos, lembrando ter ela bordado a primeira bandeira da República

A segunda ocorrência aborda a entrevistada de Paulo Roberto a Dona Flora Simas de Carvalho que por ter feito as duas primeiras bandeiras da República, recebeu os cumprimentos de Deodoro da Fonseca, e ganhou pela primeira, 8 mil réis e pela segunda, 16;

A terceira ocorrência do período aponta que Dona Yayá bordou, a mando de seu pai, a primeira bandeira do Brasil- República, hasteada pelo Marechal Deodoro no mastro principal do Quartel General em 15/11/1989 e também a segunda, tendo dado 6 mil réis ao pai e gasto os demais 18 mil réis em cocadas. Este jornal já abordava a situação de absoluta insegurança vivida por ela e seus filhos, netos e bisnetos por se tratar de terrenos em área militar, podendo receber a qualquer momento uma ordem de despejo e ter as suas casas derrubadas.

Entre o período de 1960 e 1969 a pesquisa aponta cinco ocorrências de notícias nos Jornais *Última Hora* (2), *Jornal do Brasil* (1), *Diário Carioca* (1) e *O Mundo Ilustrado* (1).

Na primeira ocorrência do período, do jornal Última Hora, quando já doente, em coma, mas vivendo seus últimos dias na casa da filha no Fonseca, parentes falam sobre o desejo de ter o caixão envolto numa bandeira e lamentam não poder ser uma das que bordou, que segundo eles estaria em exposição no Museu Imperial de Petrópolis. Aponta amizade entre D. Pedro II e seu pai, Manuel Inácio de Simas e um possível “*flert*” entre ela e D. Pedro II. Fala ainda que Francisco Bessa de Carvalho, seu marido era comerciante. Seu pai estaria ligado à causa republicana, apesar de gostar dos imperadores, aos quais constantemente fotografava. A primeira bandeira teria sido bordada na madrugada de 14 para 15/11/1989 e hasteada no Ministério da Guerra no dia 15 e a segunda, em algodão, teria sido hasteada na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro quatro dias depois. Posteriormente teria ela casado e ido morar com o marido em Niterói.

A segunda ocorrência, do mesmo jornal Última Hora aborda o falecimento de Dona Yayá e seu sepultamento no cemitério do Maruí. Teria ela bordado, a pedido do Marechal Deodoro, a primeira bandeira Nacional Republicana que teria sido hasteada no Ministério da Guerra e estaria no Museu Imperial, em Petrópolis.

A terceira ocorrência, no Jornal do Brasil, aponta o falecimento daquela que bordou o primeiro Pavilhão Nacional republicano que teria sido hasteado no Palácio da Presidência em 15/11 e o segundo em 19/11. O jornal chama a atenção do leitor ao fato de que ela teria sido sepultada sem qualquer solenidade, apesar da ligação de sua vida com a História, no cemitério do Maruí. A família não teria conseguido cumprir seu desejo de envolver seu caixão numa bandeira nacional, que seria a que está em exposição no Museu Imperial de Petrópolis. Seu pai teria trazido a família de Pernambuco para o Rio de Janeiro quando ela tinha um ano de idade, ela estudou em Petrópolis e participou da corte como florista da Família Imperial. Apesar da proximidade da família Imperial por ser fotógrafo da família Real, seu pai, ligado à causa republicana e amigo do Marechal Deodoro, pediu que ela bordasse a bandeira que seria hasteada no Palácio da Presidência na Proclamação da República, tendo sido essa bordada em cetim e uma outra quatro dias depois em algodão para ser hasteada na Câmara Municipal.

A quarta ocorrência, do Diário Carioca, comenta sobre o falecimento da pernambucana, filha do fotógrafo profissional Manoel Inácio de Simas, nascida em 17/03/1871 com quem veio para o Rio de Janeiro. Estudou num colégio interno em Petrópolis, bordou a primeira bandeira nacional ainda solteira e depois casou-se com o comerciante petropolitano Francisco Bessa de

Carvalho. Segundo o Jornal seu maior desejo era ter o caixão coberto com a bandeira que bordou, que estaria em exposição no Museu de Petrópolis.

A quinta reportagem, do Mundo Ilustrado, aborda Dona Yayá como pernambucana trazida por seu pai Manoel Inácio de Simas, que seria comerciante. Ele ouviu dizer que o Marechal Floriano da Fonseca precisava de uma bordadeira para o dia seguinte. A filha prendada recebeu do pai o desenho da bandeira. Ela bordou a noite inteira. A bandeira de algodão foi hasteada em 15 de novembro dentro do Quartel General, quando emocionada, recebeu um abraço do Marechal Deodoro em agradecimento. Hoje se encontra no Museu Histórico. O segundo pavilhão da República, feito em seda foi hasteado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O valor recebido pela primeira teria sido de 8 mil réis e pela segunda 16 mil réis. Diz ter gasto com cocadas e pés-de-moleque e ter dado o resto da fortuna para seu pai. Certa vez ao visitar um tio rico farmacêutico que servia à corte recebeu um convite para o baile imperial e uma fita rosa que valia 9 mil réis e aplicou ao vestido longo que dançou no baile. Era muito bonita e provocava a cobiça dos nobres e inveja das mulheres, sonhava com D. Pedro II. O pai a proibiu de ir às festas da casa imperial. E desaprovou o namoro dela com um português. Mudaram-se para o Imbuhy, o Forte estava em construção, esqueceu o amor desaprovado pelo pai, casou-se e teve filhos. Seu sonho era ser enterrada no Imbuhy, onde viveu da juventude à velhice.

Entre o período de 1970 e 1979 a pesquisa em periódicos aponta duas ocorrências de notícias, uma no Diário de Notícias (RJ) e outra no Jornal do Commercio (AM).

A primeira ocorrência do período, publicada no Diário de Notícias (RJ) indica que, conforme a publicação histórica de Raimundo Olavo Coimbra, editada pelo IBGE sobre o surgimento dos símbolos nacionais, a primeira bandeira do Brasil republicano teria sido bordada Por Dona Flora Simas de Carvalho em pano de algodão e a segunda em seda, tendo sido hasteada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro com solenidade no dia da sua adoção oficial.

A segunda ocorrência, do Jornal do Commercio (AM), relata curiosidades sobre a bandeira e aborda que a primeira bandeira do Brasil republicano teria sido confeccionada por Dona Flora Simas de Carvalho em pano de algodão e a segunda em seda, tendo sido hasteadas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro com solenidades no dia da sua adoção oficial.

Entre o período de 1980 e 1989 a pesquisa em periódicos aponta apenas uma ocorrência de notícia no Jornal do Brasil e esta não faz referência direta à Dona Yayá e sim ao falecimento de uma de suas filhas, mas aborda a importância da Dona Yayá por ter bordado a primeira bandeira republicana em tecido de algodão, tendo esta sido hasteada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro por ocasião da sua escolha definitiva.

Entre o período de 1990 e 1999 pesquisa aponta duas ocorrências de notícias nos Jornais Jornal do Brasil e O Fluminense.

A primeira ocorrência do período relata que já havia sido determinada a retirada dos moradores da Aldeia há muitos anos pelo Exército e que em 1978 os moradores receberam notificações de despejo. Muitos deixaram a Aldeia. Relata restrições nos últimos anos (dec 1990) e a criação de Associação de Moradores.

A segunda ocorrência não trata diretamente sobre Dona Yayá e sim sobre seu neto Ary Vasconcellos, integrante Ex- Combatente, atribuindo a ela, sua avó paterna, o bordado da primeira bandeira nacional, a pedido do Marechal Deodoro da Fonseca.

Entre o período de 2000 e 2009 a pesquisa aponta três ocorrências de notícias nos Jornais Jornal do Brasil e Jornal do Comércio.

A primeira ocorrência do período, oriunda do Jornal do Brasil, relata a organização pelos moradores do Imbuhy de manifestação e recolhimento de assinaturas para um abaixo-assinado contra decisão judicial que autoriza o Exército a remover quem estivesse morando em área de Segurança Nacional. Menciona que 30% dos moradores ainda sobreviviam da pesca. Sendo a renda mensal média da população de 4 salários mínimos. Critica os eventos e atividades militares e utilização de áreas de uso coletivo para fins militares do exército. Relata a perda de áreas comunitárias nos últimos anos, tais como o antigo clube e uma escola que viraram respectivamente residência de sargentos e um hotel de trânsito. Os moradores alegam que a área não é de segurança para o Brasil e sim de lazer para os militares e buscaram o apoio de políticos de todas as esferas, da OAB e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Menciona ainda a dificuldade para a entrada de caminhões de construção. Relata que a Aldeia existe desde 1895 e os militares teriam chegado somente em 1901, quando teriam pedido a ajuda dos moradores para a construção do Forte. A comunidade teria chegado a ter 200 famílias. Dona Yayá é chamada de matriarca da comunidade e a ela, falecida em 1963, é atribuída a confecção da primeira bandeira nacional a pedido do Marechal Deodoro. Afirma que Dona

Flora não teria chegado a conviver com a instabilidade dessa relação. Devido ao impedimento da passagem dos moradores pelo Forte Rio Branco em 1995 os mesmos teriam entrado com uma ação na justiça e revertido a situação. O Exército teria pedido a reintegração de posse alegando área de segurança nacional, mas os moradores alegam que não foi apresentado documento comprobatório da posse da área pelos militares.

Na segunda reportagem do período, também do Jornal do Brasil, cujo título denomina os moradores como pescadores que teriam chegado ao local em meados do século XIX, antes do Exército que reivindica a posse da terra alegando que o espaço pertence à União. Os moradores recontam a história da Aldeia a partir da confecção da bandeira republicana em 1889 pela matriarca Flora Simas de Carvalho, o que evidencia a relação deles com o local. O Exército teria o registro desse feito e seu objetivo no início era fundar um pequeno forte na Ponta do Imbuhy para proteger a Baía dos holandeses e franceses, como abordado por João Kleber Borges, militar reformado, morador e representante dos moradores. Aborda que 19 das 32 famílias que residiam na área entraram na justiça em 1995 visando proteger a posse do bem. Os militares pediram a reintegração de posse e a União alegou que desde a demarcação das Capitanias Hereditárias a área lhe pertencia. Serviços básicos, como de educação e telefonia foram cortados, obras nas casas são proibidas e visitas tem que ser solicitadas com 48 horas de antecedência. A sede social dos pescadores deu lugar a residência para militares e o colégio estadual deu lugar a um hotel de transito. O militar reformado e morador fala da pressão psicológica sofrida pelos moradores. O presidente da Associação de moradores denuncia a hostilidade do Exército. Foi feito um debate na UERJ e uma manifestação.

A Terceira ocorrência aborda a suspensão da ação de execução de despejo a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ). O órgão afirmou que buscaria o apoio do Ministro da Defesa, visto que a comunidade estabeleceu-se na região no século XIX. A OAB ficou de estudar a melhor forma de conseguir o título de propriedade dos moradores. Segundo o presidente da Associação de moradores as restrições de acesso continuavam, tais como ambulâncias impedidas de entrar e revistas de carros na entrada e saída. A OAB afirmou que iria oficializar o comando do forte para que fossem respeitados os direitos constitucionais de ir e vir e as garantias da preservação da dignidade humana. Seria a maioria das famílias de pescadores e descendentes de Dona Yayá, a matriarca da comunidade centenária que teria bordado a primeira bandeira republicana do Brasil, encomendada pelo Marechal Deodoro da

Fonseca. Aponta que o forte teria começado a ser construído em 1863 e que houve casamentos entre moradores e militares desde então, o que em nossa análise aponta para a complexidade da convivência entre esses dois grupos.

Identificou-se que o jornal que mais possui ocorrências é o Jornal do Brasil, com um total de cinco distribuídas da seguinte forma: uma na década de 1960, uma na década de 1980, uma na década de 1990 e duas entre os anos 2000 e 2009.

O Jornal Última Hora e O Fluminense também apresentam um bom número de reportagens sobre o tema, um total de três cada um, distribuídas da seguinte forma: no primeiro na década de 1950 temos uma reportagem e na de 1960 há duas, no segundo na década de 1910 aparece uma ocorrência e na década de 1920 mais uma, ambas irrelevantes, mas na década de 1990 há uma ocorrência relevante.

JORNAIS POR PERÍODO												TOTAL DE MATÉRIAS POR PERÍODO
Período	O Fluminense	A Noite	Correio da Manhã	A Cruz	Última Hora	Diário da Noite	Jornal do Brasil	Diário Carioca	Mundo Ilustrado	Diário de Notícias	Jornal do Commercio	
1910-1919	X											1
1920-1929	X	X	X									3
1950-1959				X	X	X						3
1960-1969					XX		X	x	x			5
1970-1979										x	X	2
1980-1989							X					1
1990-1999	X						X					2
2000-2009							XX				X	3
2010- 2017												0
TOTAL DE MATÉRIAS POR JORNAL ENTRE 1910 E 2017	3	1	1	1	3	1	5	1	1	1	2	20

Tabela 1: Levantamento de ocorrências sobre Dona Yayá na Hemeroteca Digital por jornal e por período entre 1971 e 2017.

Trata-se em sua maioria de entrevistas concedidas a jornais de grande circulação pela protagonista da área, parentes ou por outras figuras representativas da comunidade.

QUANTIDADE DE ENTREVISTAS POR PERÍODO				
PERÍODO	TOTAL	JORNAIS E ENTREVISTADOS		
1910-1919				
1920-1929				
1950-1959	3	A Cruz- Dona Yayá	Última Hora- Dona Yayá	Diário da Noite- Dona Yayá
1960-1969	3	Ultima Hora – Filhas	Jornal do Brasil- Familiares	Diário Carioca- Filha
1970-1979				
1980-1989				
1990-1999	1	Jornal do Brasil- Moradores Kleber Borges e Silvio Gomes		

2000-2009	2	Jornal do Brasil- Ailton Navega	Jornal do Brasil- Ailton Navega	
2010-2017				

Tabela 2: Levantamento de entrevistas concedidas a jornais de grande circulação por década pela própria Dona Yayá, por parentes ou por outras figuras representativas da comunidade entre 1971 e 2017.

Do outro lado da disputa, no campo da defesa, os materiais selecionados para análise foram os documentos oficiais que definem as áreas de Segurança Nacional, principal argumento utilizado pela União para a remoção da população, a Constituição Federal, a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END). Esse material está passando por análise que logo será disponibilizada.

Conclusão

Buscamos neste trabalho pensar a construção da identidade associada à produção do território a partir da memória coletiva. Na atualidade vem crescendo o número de minorias que querem ser representadas. O direito de reconhecimento das comunidades tradicionais também aparece na Constituição de 1988, porém não são mencionadas nesta categoria as comunidades pesqueiras. É garantido aos povos e comunidades tradicionais o direito a seus territórios na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007 permite a autodeclaração grupos culturalmente diferenciados, os Povos e Comunidades Tradicionais.

A partir dessa legislação os moradores da Aldeia Imbuhy realizaram algumas investidas, obtendo como resultado o reconhecimento como Comunidade tradicional pela Prefeitura de Niterói.

Em 20 de maio de 2015 foi publicada a Lei Municipal nº 3.140, que *dispõe sobre o Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico, histórico e etnográfico da Aldeia Imbuhy*, com base nas manifestações favoráveis da Secretaria Municipal de Cultura e no apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF), na figura da Professora Doutora Márcia Motta, reconhecendo os moradores da Aldeia como comunidade tradicional.

No entanto, esse tipo de medida de preservação do patrimônio cultural e histórico não interfere diretamente no direito de propriedade, que no caso do Imbuhy, continuava a pertencer à União, o que com a remoção das famílias, resultou na demolição das habitações tombadas, sem reversão em qualquer tipo de indenização por parte da União às famílias, já que pela Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 não há possibilidade de indenização sobre reintegração de terras da União. A mesma lei também estabelece que os bens imóveis da União não estão sujeitos a Usucapião. Aos moradores foi oferecido apenas o aluguel social, através da Prefeitura de Niterói no bairro de Itaipu, mas eles ainda estão na justiça tentando indenização referente às construções, ou seja, a disputa ainda não acabou.

Bibliografia

- **Legislação Municipal, Estadual e Federal:**

NITERÓI. Lei Municipal nº 3.140/2015 de 20 de maio de 2015. *Dispõe sobre o Tombamento do conjunto arquitetônico, paisagístico, histórico e etnográfico da Aldeia Imbuhy.*

RIO DE JANEIRO (Estado). ALERJ. Projeto de resolução Nº 81/2015. *Concede o título de Benemerita do Estado do Rio de Janeiro “Post Mortem” à bordadeira da Primeira Bandeira da República, Sr.^a Flora Simas de Carvalho, Dona Yayá.* Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Decreto de estabelecimento de populações extrativistas nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007;

_____. Decreto nº. 6.040/07. *Regulamenta a proteção dos direitos e dos conhecimentos e saberes das populações tradicionais ou locais.*

- **Periódicos**

BIBLIOTECA NACIONAL (HEMEROTECA DIGITAL): Jornais O Fluminense, A Tribuna, JB, etc.

- **Livros**

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedeto Veichi/ Zygmunt Bauman*; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

_____. *Comunidade: a busca de segurança no mundo atual.* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

COIMBRA, Raimundo Olavo. *A Bandeira do Brasil*. IBGE. 1972.

FERRANINI, Sebastião. *Armas, Brasões e Símbolos Nacionais*. Curitiba, Paraná, Ed. Instituto de Ensino Camões, 1979.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. *Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ*. Rio de Janeiro/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ- FFP)/ Programa de Pós- Graduação em História Social, 2013.

MOTTA, M. 2017. Antiguidade é posto: a Aldeia de Imbuí, conflitos e memórias (séculos XIX e XXI). *Unisinus* . Vol. 21 Nº 1. p. 1-12 - janeiro/abril de 2017.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, APDOC, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RESENDE, Alberto Toledo. *O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República*. Rio de Janeiro/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ- FFP)/ Programa de Pós- Graduação em História Social, 2011.

VILLAR, Frederico. *A Missão do Cruzador “José Bonifácio”*: Os Pescadores na Defesa Nacional. A Nacionalização da Pesca e Organização de seus serviços (1919-1923). Subsídios para a História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert Limitada, 1945.